



**AS POLÍTICAS DE INGRESSO DE INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO**

Beatriz Barbosa de Matos (Fundação Araucária)  
Unespar/Campus Paranavaí, beatrizmatos05638@gmail.com

Maria Simone Jacomini Novak (Orientadora/a)  
Unespar/Campus Paranavaí, maria.novak@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa  
Programa Institucional: PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma pesquisa, realizada no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Unespar, sobre as políticas de acesso dos indígenas ao ensino superior público brasileiro. A partir da segunda metade do século XX as políticas afirmativas se intensificaram devido a Constituinte de 1988, que afirma o dever do estado em promover educação para todos. Após as leituras constatamos as quatro formas do ingresso de indígenas nas universidades, sendo por meio da Lei federal nº 12.711/12, leis estaduais, licenciaturas interculturais, ou até mesmo com ações praticadas considerando a autonomia de cada universidade. A primeira parte da pesquisa, foi de levantamento de dados, ocorreu em 143 IES das cinco regiões do país. Os critérios adotados foram verificar em qual destas formas as universidades são adeptas, e desenvolver uma tabela como apoio. As fundamentações teóricas auxiliaram a compreensão de como as políticas afirmativas são determinantes para promoção da participação dos povos indígenas nos processos educacionais e para reafirmação de seus direitos. O objetivo foi sistematizar os dados com as respectivas políticas de ingresso. Os resultados foram incongruentes em alguns aspectos, pois, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE; 2022) a região norte e noroeste são as mais populosas por povos indígenas, porém, apenas dois estados possuem Leis estaduais que reservam vagas, o Rio Grande do Norte com a Lei nº 10.480/19, e o Amazonas com a Lei estadual nº 2.894/04. Os resultados positivos são que em grande maioria as IES estaduais empregam mecanismos diversos de reserva de vagas para ingressantes indígenas. A pesquisa tem o viés de fomentar debates em prol dos avanços nas formas de ingresso, e corrobora para estudos sobre políticas afirmativas, e a formalização de leis estaduais que reservem as quantidades de vagas, todos estes aspectos são mecanismos de promover e garantir a equidade de acesso de acadêmicos indígenas ao ensino superior.

**Palavras-chave:** Palavras-chaves: Indígenas nas Universidades; Políticas Afirmativas; Formas de Ingresso.

Realização



**PRPPG**  
Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

**PROEC**  
Pró-Reitoria de Extensão  
e Cultura

Apoio



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DA CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

